

APRESENTAÇÃO

A Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (EJE/TSE) apresenta ao prezado leitor o primeiro número da revista Estudos Eleitorais de 2016, composto de seis artigos.

No primeiro artigo, *Lei de acesso à informação: democracia e transparência na gestão pública contemporânea*, Andrea Ormond versa a respeito da Lei nº 12.527/2011, por meio da qual os cidadãos usufruem de garantias legais para o pleno exercício do direito fundamental à informação. A autora investiga a LAI e o seu impacto na gestão pública contemporânea, partindo da análise dos direitos fundamentais presentes na carta magna para então esmiuçar as pretensões da Lei e da administração pública e apresentar acórdãos do Tribunal Superior Eleitoral, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Helio Deivid Amorim Maldonado, autor do segundo artigo, *Assento constitucional do rol de condutas vedadas, taxatividade de suas disposições e plasticidade do abuso de poder político no ordenamento jurídico*, aborda a criação do rol de condutas vedadas aos agentes públicos em campanha decorrente da Lei nº 9.504, a Lei das Eleições, que estipula restrições às atividades administrativas características do Poder Público no período eleitoral. Explicita-se a importância das condutas vedadas em relação ao abuso de poder político e à isonomia entre os candidatos.

O terceiro artigo, *Sistemas eleitorais e propostas de reforma política no Brasil*, retrata os sistemas eleitorais enquanto arranjos da democracia representativa, sendo o sistema majoritário, o sistema proporcional e o sistema misto os empregados nos países democráticos. O autor, Josafá da Silva Coelho, salienta em sua discussão a importância de o debate sobre reforma política e sobre sistemas eleitorais alcançar as ruas.

O artigo *Do direito de votar ao dever de participar: uma proposta para a melhoria da qualidade da democracia brasileira*, de Matheus Passos Silva, tem como escopo a qualidade da democracia brasileira. Tenciona-se denotar a insuficiência da atual percepção de participação política com enfoque exclusivo no ato de votar para a

concretização do princípio democrático no Brasil. Para tanto, o autor preconiza o conceito da participação política como dever fundamental do cidadão que deve-se fazer presente além da época eleitoral.

Em *A ampliação da competência jurisdicional da justiça eleitoral: muito além do processo eleitoral*, de Vinícius de Oliveira, busca-se analisar e precisar a competência de jurisdição da Justiça Eleitoral. A diligência apura as funções da Justiça Eleitoral, as normas constitucionais e infraconstitucionais a respeito de sua competência e a amplitude de sua jurisdição, verificando que não há base que justifique restrição da sua competência a atos e fatos ocorridos apenas no momento eleitoral.

No último artigo, intitulado *Dos inconvenientes do voto impresso: memória da ação direta de inconstitucionalidade nº 4543*, Volgane Oliveira Carvalho examina a Lei nº 13.165/2015, responsável por recriar o voto impresso no Brasil. A autora expõe a possibilidade da criação de indesejada distinção entre os eleitores na prática do sufrágio e de quebra do sigilo do voto, indicando que retirar do processo de controle de constitucionalidade o princípio da vedação do retrocesso sob o argumento de que aumenta normas infraconstitucionais à dignidade constitucional não é ação cabível.

A Escola Judiciária Eleitoral, com mais um número da revista Estudos Eleitorais, reafirma seu empenho na valorização dos estudos eleitorais, sobretudo no que tange à abordagem histórica, teórica e prática de temas como cidadania e democracia; e incentiva novas colaborações nessa relevante área do saber humano.